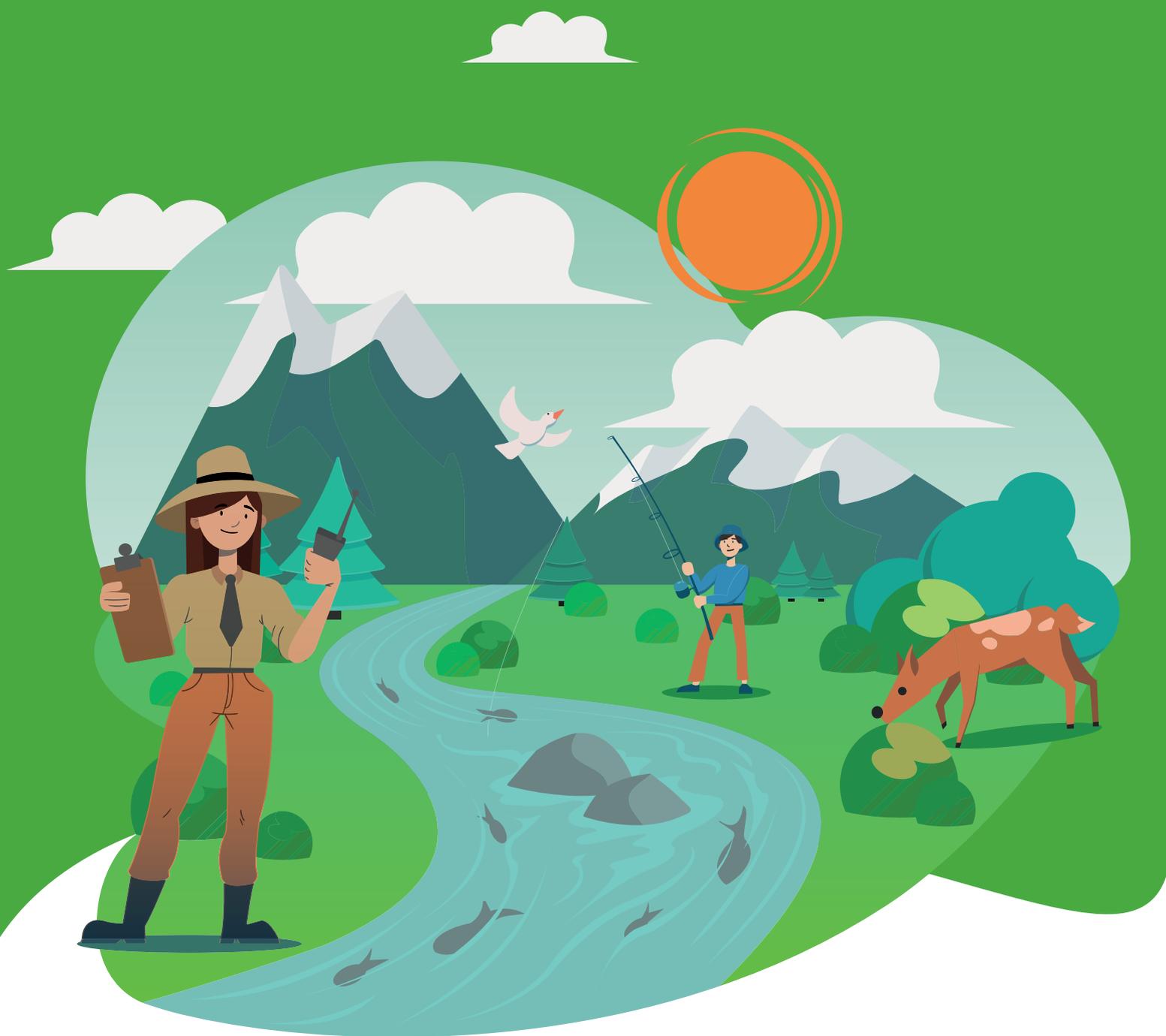


Áreas naturais protegidas para uma conservação sustentável e inclusiva



Áreas naturais protegidas para uma conservação sustentável e inclusiva

ImpactoCAF é uma iniciativa criada pela Direção de Contribuições para o Desenvolvimento e Medição de Impacto, subordinada à Gerência de Planejamento e Impacto ao Desenvolvimento do CAF. A elaboração deste documento foi realizada por Agustina Hatrick.

Alejandra Botero, Martha Castillo, Jorge Concha, Ricardo Estrada, René Gómez García Palao, Lesbia Maris, Alicia Montalvo, Daniel Ortega, Cecilia Paniagua e Mauricio Velásquez forneceram valiosos comentários e sugestões ao documento.

Além disso, este documento se beneficiou das contribuições de Pablo Brassiolo, Emiliano Bohorquez, Florencia Buccari, Cristian Grisales, Oscar Guevara, Matías Italia, Federico Juncosa, Jessica Palomeque, Laura Prieto e Edgar Salinas.

Design gráfico: Estudio Demaro / La Plata, Buenos Aires, Argentina

Revisão editorial: Rosario Inés De Rosa

© 2023 Corporación Andina de Fomento

As ideias e propostas contidas na presente edição são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não comprometem a posição oficial do CAF.



Áreas naturais protegidas para uma conservação sustentável e inclusiva

A importância dos ecossistemas e da biodiversidade da América Latina e Caribe

A região da América Latina e Caribe (ALC) possui uma grande riqueza de ecossistemas: os terrestres, que vão desde a selva amazônica, passando por florestas úmidas e áreas mais desérticas, onde praticamente não chove, e os marinhos e costeiros, como manguezais, marismas e recifes de corais¹. Todos eles fornecem aos seres humanos uma multiplicidade de benefícios, chamados de serviços ecossistêmicos, que incluem o fornecimento de água, alimentos nutritivos, insumos e materiais; a regulação de processos ecológicos como o clima e a provisão de serviços culturais².

Os serviços de regulação do clima são fundamentais para a resposta às mudanças climáticas.

Os serviços de regulação do clima são fundamentais para a resposta às mudanças climáticas¹. Em termos de mitigação, tanto os ecossistemas terrestres como os marinhos absorvem dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera e o armazenam na biomassa, nos solos e no oceano. Por sua vez, contribuem para a adaptação às mudanças climáticas ao moderar os eventos climáticos extremos e regular o clima local, como é o caso dos manguezais e recifes de coral, que ajudam a reduzir os impactos das inundações, entre outros.

Adicionalmente, os ecossistemas regulam outros processos fundamentais para a vida humana, através da manutenção da qualidade do ar e do solo, purificação da água, regulação do ciclo hídrico, polinização de plantas e árvores, regulação de doenças e controle de pragas¹.

Por sua vez, os serviços culturais ou imateriais são os benefícios que os ecossistemas proporcionam às pessoas, tanto de forma individual como coletivamente, favorecendo seu enriquecimento espiritual, desenvolvimento cognitivo, recreação e experiências estéticas.

Uma dimensão crucial dos ecossistemas é a biodiversidade, entendida como a diversidade dos seres vivos que os habitam.



Uma dimensão crucial dos ecossistemas é a biodiversidade^a, entendida como a diversidade dos seres vivos que os habitam. A biodiversidade determina não apenas o fluxo de serviços ecossistêmicos, mas também a resiliência dos ecossistemas, ou seja, sua capacidade de recuperar suas propriedades e manter suas funções após serem alterados por um distúrbio¹.

A ALC é uma região com uma alta diversidade biológica:

6 dos 17 países

com maior biodiversidade do mundo (Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela)⁴

50% da biodiversidade global

em seus 20 milhões de km²

representam
16% da superfície
terrestre do planeta¹

47 das 258 ecorregiões^b

marinhas do mundo

mais do que em qualquer outra região⁵

Por sua vez, abriga boa parte das espécies do reino animal, pouco mais de um quinto da cobertura florestal da Terra e quase um terço da água doce⁶. Os mares abrigam aproximadamente 70% das espécies marinhas do mundo e alguns dos mais importantes hotspots de biodiversidade marinha do planeta⁷.

Ecossistemas em risco

Os ecossistemas da ALC e os serviços que eles fornecem encontram-se em risco devido à atividade humana. A conversão de habitats, a superexploração dos recursos naturais, a contaminação produzida pelo setor agropecuário,

^a A Convenção sobre Diversidade Biológica define biodiversidade (ou diversidade biológica) como "a variabilidade de organismos vivos de qualquer origem, incluindo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte. Abrange a diversidade dentro de cada espécie, entre espécies e de ecossistemas"³.

^b Ecorregiões são regiões relativamente grandes que contêm um conjunto distinto de espécies naturais e relações funcionais entre elas.



Menos da metade da superfície terrestre da ALC permanece em estado natural ou semi-natural.

indústria, mineração, transporte, turismo, e a introdução de espécies invasoras contribuem para a degradação e fragmentação dos ecossistemas^{1c}.

Menos da metade da superfície terrestre da ALC permanece em estado natural ou semi-natural (baixa presença humana e baixa intensidade de uso), principalmente devido à expansão da fronteira agropecuária¹. No caso das florestas, isso resulta em altas taxas de desmatamento. Enquanto no início dos anos 2000 a ALC tinha uma área florestal total de 979 milhões de hectares, aproximadamente o equivalente à área combinada da Bolívia e do Brasil, nos últimos 20 anos sofreu perdas líquidas de cerca de 5% (47 milhões de hectares), o que equivale a 1,2 vezes a superfície do Paraguai¹.

O desmatamento afeta a biodiversidade, a regulação dos ciclos hídricos, a evaporação e infiltração da água e a capacidade de capturar e armazenar dióxido de carbono. Adicionalmente, gera emissões devido à liberação de carbono acumulado na biomassa e nos solos. Embora a região contribua com apenas 11% das emissões globais de CO₂¹, ela origina a maior parte das emissões por desmatamento (47%)⁰.



Paralelamente, a atividade econômica e a alta concentração populacional ao longo da costa da ALC ameaçam a saúde de seus ecossistemas costeiros e marinhos. A porcentagem de população costeira na região é maior do que em qualquer outra região do mundo¹⁰. Apesar da sua grande importância na economia, o turismo, a pesca e os transportes exercem pressões sobre os sistemas costeiros e marinhos que podem levar à destruição e degradação do habitat de manguezais, áreas úmidas costeiras e recifes de coral. Até 40% das espécies de manguezais estão ameaçadas de extinção nas costas do Atlântico e do Pacífico da América Central. Além disso, 66% dos recifes de coral estão danificados e outros 20% devem ser perdidos nos próximos 20 anos¹⁰. O estoque de importantes espécies marinhas foi consideravelmente reduzido como consequência da pesca comercial descontrolada¹⁰. Uma em cada quatro espécies de peixes cartilaginosos (tubarões, raias, quimeras) está ameaçada de extinção principalmente devido à superexploração e perda de habitat¹¹.

^c A esses quatro canais diretos soma-se o impacto das mudanças climáticas causadas pela atividade humana⁹.



A degradação e a fragmentação dos ecossistemas afetam a qualidade, a quantidade e a variedade dos serviços que prestam.

Por sua vez, a globalização do comércio, as viagens e os transportes estão aumentando dramaticamente o número e o tipo de espécies exóticas invasoras que se movem pelo mundo, bem como a velocidade com que o fazem. As espécies exóticas invasoras são um dos principais motores da degradação ambiental e extinção de espécies em todo o mundo e são geralmente consideradas a principal causa de perda de biodiversidade em ecossistemas insulares¹².

Além da introdução de espécies exóticas e da destruição e fragmentação de seus habitats, a caça e o tráfico ilegal e as mudanças climáticas também contribuem para a extinção de espécies. Segundo dados da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 2022 foram identificadas 42.108 espécies de animais (40%), plantas (59%) e fungos (1%) em risco de extinção (em estado crítico, em perigo ou vulnerável), representando 28% do número total de espécies avaliadas pela UICN¹³.

Em resumo, a degradação e a fragmentação dos ecossistemas afetam a qualidade, a quantidade e a variedade dos serviços que prestam. Isso prejudica a capacidade presente e futura da região de gerar bens e serviços a partir da natureza e de se desenvolver em um ambiente com condições favoráveis à vida humana¹. Isso representa custos reais para as economias por meio de seu impacto na produtividade, saúde e resiliência às mudanças climáticas¹⁰. Esses custos foram estimados em até 3% do PIB na Colômbia e no Peru¹⁴.



Uma política importante: Áreas Naturais Protegidas

As áreas naturais protegidas são uma das principais políticas implementadas globalmente para a preservação in situ dos ecossistemas¹⁵ e para enfrentar tanto a perda de biodiversidade quanto às mudanças climáticas com a urgência necessária¹⁶.



Áreas protegidas são áreas geográficas, terrestres e marinhas com delimitação geográfica clara, cujo principal objetivo é a conservação da natureza e dos serviços ecossistêmicos¹⁷.

Existem áreas protegidas que, pela sua categoria de criação, possuem zonas de conservação rigorosas – que pela fragilidade dos seus ecossistemas e/ou estado vulnerável das populações, restringem consideravelmente a atividade econômica e a ocupação humana, embora algumas permitam a entrada de visitantes com fins recreativos – e áreas de usos múltiplos, que permitem o desenvolvimento de atividades produtivas, mas com restrições quanto ao tipo das mesmas e sua intensidade.

Na ALC, a aplicação de áreas protegidas cresceu significativamente nos últimos 20 anos. É a região mais protegida do mundo:

9.154 áreas protegidas cobrindo:

→ **el 22%**
da superfície terrestre da região

→ **el 22%**
de suas águas marinhas territoriais¹

A cobertura supera a área total do Brasil ou a soma dos territórios continentais da Argentina, México, Peru, Colômbia, Bolívia e Paraguai. Sete em cada 10 áreas terrestres são de uso múltiplo, enquanto o restante é de conservação estrita. As áreas marinhas protegidas, por sua vez, são divididas em proporções semelhantes entre os usos¹. Isso posiciona a ALC como a região com o maior número de áreas protegidas de uso misto no mundo¹⁸.

As áreas protegidas podem ser uma ferramenta eficaz para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Estudos recentes realizados na ALC^d constatam que o estabelecimento de áreas naturais protegidas em áreas florestais reduz o número de hectares desmatados e degradados^{20e}. Enquanto alguns estudos encontraram resultados modestos²², outros concluem que áreas protegidas reduzem a taxa de desmatamento entre 50% e 72% em comparação com áreas desprotegidas²³. Por outro lado, as evidências mostram que a quantidade, o tamanho médio dos organismos e a riqueza das espécies de peixes aumentam tanto dentro como fora dos limites das áreas marinhas protegidas em relação às áreas não protegidas²⁴.



A eficácia do manejo das áreas protegidas dependem em grande parte da capacidade de gestão dos órgãos responsáveis e da sua coordenação com as comunidades locais.

A eficácia do manejo das áreas protegidas^f e, portanto, seus potenciais impactos^g, dependem em grande parte da capacidade de gestão dos órgãos responsáveis. Como acontece com áreas protegidas em outras regiões em desenvolvimento, as da ALC frequentemente enfrentam problemas de gestão^h. Parte desses problemas se deve à falta de recursos humanos e financeiros¹⁹. As dotações orçamentárias recebidas pelos órgãos governamentais, mais o financiamento internacional, cobrem apenas 54% das necessidades financeiras básicas e 34% do que seria necessário

d Há ampla evidência sobre a eficácia das áreas protegidas. No entanto, quase todos esses estudos apresentam problemas metodológicos que as superestimam. Estudos recentes utilizam técnicas estatísticas para corrigir esses problemas¹⁹.

e Evidências rigorosas têm se concentrado predominantemente na eficácia das áreas protegidas na prevenção do desmatamento²¹.

f Dos 51 países e territórios que compõem a região, 21 avaliaram a eficácia do sistema nacional de áreas protegidas que administram, utilizando um método documentado e sistemático. Um dos maiores desafios para a região é continuar avaliando a eficácia da gestão de forma sistemática²⁵.

g No caso de áreas florestais, o impacto das áreas protegidas pode ser modesto se estiverem localizadas em áreas que não sofrem pressões de desmatamento, seja por estarem distantes de assentamentos humanos significativos, da malha viária, seja por terem um relevo muito íngreme²⁶.

h Em casos extremos, que não são raros, as AP são "parques de papel"²⁷, ou seja, são designadas apenas no papel como áreas protegidas e não dispõem de uma gestão adequada ou da aplicação de regulamentos no terreno.



para uma gestão financeira “ótima”²⁸ das áreas protegidas. Assim, é crucial o desenvolvimento de mecanismos de financiamento que permitam aliviar a carga do orçamento do Estado e contribuam para uma maior autonomia financeira. Por exemplo, fideicomissos financiados por meio de taxas de conservação turística, impostos e multas por descumprimento de normas¹⁰.

Os problemas mais comuns são o escasso monitoramento e aplicação de proteções legais, as lacunas e inconsistências nas regulamentações (por exemplo, definições de limites e direitos de propriedade) e deficiente coordenação com as comunidades locais e outras agências governamentais¹⁹. A coordenação com as comunidades locais pode ser limitada se elas apenas perceberem os custos que as áreas protegidas impõem ao limitar as atividades que podem desenvolverⁱ. Mas as áreas protegidas podem gerar benefícios econômicos locais significativos ao impulsionar o ecoturismo, atrair investimentos externos em estradas e outras infraestruturas e proteger os recursos naturais que fornecem serviços ecossistêmicos essenciais²⁹. Em geral^j, os estudos na ALC mostram que as áreas protegidas reduzem os níveis de pobreza das populações locais³¹.



De fato, as comunidades podem se tornar parceiros-chave para a proteção dos ecossistemas por meio do desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis que ajudem a limitar as pressões da mudança do uso da terra ou a depredação dos recursos marinhos. Uma ferramenta para envolver as comunidades é dar-lhes o direito de explorar exclusivamente os recursos de um determinado território (ou determinados recursos dentro dele) seguindo práticas sustentáveis¹. Algumas dessas experiências incluem zonas exclusivas de pesca artesanal, concessões de gestão de turismo gerenciadas pela comunidade e concessões de uso de água³².

Garantir a sustentabilidade técnica e financeira de uma área natural protegida requer vontade política¹⁹ e a construção de alianças locais para proteger não apenas a área de conservação (núcleo), mas também alcançar um manejo sustentável e inclusivo das áreas circundantes (zonas de amortecimento). Isso é fundamental para que os benefícios da conservação se traduzam em benefícios socioeconômicos tangíveis e equitativos para a população local e, assim, construir mecanismos de governança com sentido de participação efetiva e apropriação de objetivos compartilhados.

ⁱ As comunidades dependem das paisagens locais para caçar, coletar biomassa para combustível e forragem, extração de madeira, agrossilvicultura e agricultura itinerante, e usam corpos d'água locais para pesca e outras atividades extrativas¹⁹.

^j Estudos no Peru e no México não mostraram grandes resultados positivos³⁰.



A visão verde do CAF

O CAF tem como objetivo tornar-se o banco verde da América Latina e Caribe (ALC) para contribuir com o desenvolvimento equitativo, ambientalmente responsável e de baixo carbono da região.

Para tal, tem adotado uma abordagem transversal em toda a sua atuação, para assegurar que os projetos financiados contribuam para a gestão sustentável do meio ambiente, dos recursos naturais e dos ecossistemas, e proporcionem uma maior resiliência das populações e infraestruturas face às ameaças climáticas.

Por outro lado, busca evitar os impactos ambientais negativos dos projetos, ou controlá-los efetivamente quando eles ocorrem, por meio da aplicação de um sistema formal de salvaguardas ambientais e sociais. Da mesma forma, com o objetivo de atender a necessidade de recursos da América Latina e Caribe para promover ações de adaptação e mitigação climática e preservação ambiental, o CAF mobiliza recursos dos principais fundos verdes globais para a região.

Para integrar a biodiversidade em sua abordagem de trabalho e operações financeiras, o CAF traçou uma estratégia para 2026: BIOCAF⁴. O objetivo é oferecer alternativas aos países para uma gestão que evite a perda da biodiversidade, enfrentando suas causas subjacentes e abordando os problemas da biodiversidade e das mudanças climáticas de forma conjunta e sinérgica. O BIOCAF propõe ações estratégicas em cinco áreas fundamentais: paisagens produtivas, competitividade das MPMEs, economia azul, cidades sustentáveis e financiamento da biodiversidade positiva em benefício do bem-estar humano na ALC, de forma consistente com o Marco Global de Diversidade Biológica Pós-2020^k, aprovado recentemente na COP 15.

O CAF tem como objetivo tornar-se o banco verde da América Latina e Caribe para contribuir com o desenvolvimento equitativo, ambientalmente responsável e de baixo carbono da região.

^k O novo marco global para a biodiversidade pós-2020 propõe ações com abordagem integrada para a ação climática, com ênfase especial em soluções baseadas na natureza.

Ação do CAF

Nos últimos anos, o CAF mobilizou US\$ 68,9 milhões com o [Fundo Global para o Meio Ambiente](#) (GEF, por sua sigla em inglês) e prestou assistência técnica de US\$ 1,5 milhão para fortalecer a gestão de:

67 áreas protegidas fortalecidas em sua gestão

- **336 mil km²**
de áreas terrestres protegidas
- **1,38 milhão de km²**
de áreas marinhas protegidas
- da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador e Panamá

Além disso, entre 2014 e 2018 o CAF financiou a criação de 15 novas áreas de conservação no Peru.

Bolívia

Na Bolívia, o CAF está trabalhando com o Ministério do Meio Ambiente e Água para melhorar a gestão e fortalecer a sustentabilidade financeira do Sistema Plurinacional de Áreas Protegidas e Ecossistemas Estratégicos (SNAP) e, em particular, das áreas protegidas da Amazônia boliviana com o apoio do GEF.

Estima-se que serão melhorados 62.000 km² correspondentes a sete áreas protegidas, três sítios Ramsar¹ e os territórios indígenas da Organização Indígena Central dos Povos Originários da Amazônia do Pando (CIPOAP) e suas áreas de amortecimento. A recuperação de áreas degradadas implicaria uma redução de 24% nas emissões anuais de CO₂ equivalentes da Bolívia³³. Estima-se que cerca de 5.900 pessoas serão beneficiadas diretamente, cuja renda aumentará em média 12%³⁴.

O projeto contempla a atualização das normativas nacionais sobre áreas protegidas, o desenvolvimento de planos de gestão para cada área para garantir a coordenação entre diferentes atores

¹ Um sítio Ramsar é uma zona úmida designada como de importância internacional pela Convenção de Ramsar.

e o alinhamento com outros documentos de planejamento e o desenho de ferramentas padronizadas para medir a eficácia da gestão. Por sua vez, serão elaborados protocolos padronizados para monitorar as populações de flora e fauna em perigo ou ameaçadas, e capacitação nessas tarefas para as equipes das áreas protegidas. Além disso, está prevista a capacitação de organizações comunitárias para introduzir ou fortalecer práticas sustentáveis (agrofloresta, pecuária, produção sustentável de café e cacau, mineração sustentável, manejo do fogo, entre outras) dentro das áreas protegidas e em áreas adjacentes.

Será avaliada a base de financiamento atual e as necessidades e lacunas de cada área protegida. A partir disso, algumas áreas serão priorizadas para desenhar e implementar planos de desenvolvimento turístico que, juntamente com a revisão das tarifas de entrada e o aumento das tarifas de uso de recursos, permitirão reduzir em 10% o atual déficit de financiamento.

Equador

No Equador, o CAF apoiou o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) no fortalecimento do [Fundo de Investimento Ambiental Sustentável \(FIAS\)](#), que implementa estratégias e instrumentos para financiar o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) daquele país. Também apoiou o Programa Amazônia sem Fogo, no qual foram desenvolvidas metodologias e planos técnicos de manejo de incêndios florestais para 22 unidades de conservação do SNAP nas quais o risco de incêndio florestal é alto.

O CAF também está trabalhando com o MAATE, a Diretoria do Parque Nacional Galápagos (DPNG), a Fundação Jocotoco e o GEF no fortalecimento das capacidades de vigilância e controle da Reserva Marinha Galápagos (RMG) para prevenir a pesca ilegal por barcos industriais que violam tratados internacionais e colocam em risco as populações de espécies marinhas que saem da reserva. Este projeto insere-se no sistema de proteção marítima para a RMG, elaborado a partir da análise do estado atual das embarcações (oceânicas e costeiras) que são utilizadas para patrulhamento e do sistema de vigilância de detecção de embarcações não permitidas¹¹.



Além da Reserva Marinha Galápagos, o Equador possui 15 áreas marinho-costeiras protegidas que cobrem 30,5 mil km² e representam 3,7% da costa continental do país. O CAF colaborou com a avaliação do estado de conservação e gestão destas áreas e com a elaboração de uma proposta para constituir um subsistema nacional de áreas marinhas e costeiras.

Para limitar as pressões sobre as áreas protegidas e ter um manejo sustentável e inclusivo das áreas de amortecimento, vários estudos sugerem que as áreas protegidas sejam integradas numa abordagem de gestão da paisagem que tenha em conta as interações com os sistemas produtivos existentes¹⁰. Nesse sentido, o CAF promove intervenções integrais em nível de ecossistemas estratégicos. No caso de Galápagos, está trabalhando com o apoio do GCF tanto no RMG quanto na área terrestre protegida (Parque Nacional Galápagos) para incentivar que os setores de agricultura, pesca e turismo^m contribuam para a redução das emissões de gases de efeito estufa e aumentem sua resiliência às mudanças climáticas.

A literatura especializada também sugere que os processos de desenho e gestão de áreas marinhas protegidas sejam vinculados a ferramentas de Planejamento do Espaço Marinho (PEM ou MSP por suas siglas em inglês). O PEM é uma forma de gerir as atividades humanas nos oceanos para alcançar um equilíbrio entre uso e conservação.

CMAR

Corredor Marinho do Pacífico Tropical Leste

Nesse sentido, o CAF está apoiando o fortalecimento do Corredor Marinho do Pacífico Tropical Leste (CMAR), formado pelas Ilha do Coco (Costa Rica), Ilha Coiba (Panamá), Ilha Malpelo (Colômbia) e Ilha Pinta no Arquipélago de Galápagos, junto com a Secretaria Técnica do CMAR e os ministérios do meio ambiente dos quatro países.

Como parte do projeto do GEF em Galápagos também será feito um trabalho para erradicar espécies invasoras da Ilha Floreanaⁿ, que pertence ao Parque Nacional Galápagos. Uma vez testados os procedimentos de erradicação, eles poderão ser ampliados para as três ilhas habitadas remanescentes do arquipélago de Galápagos e potencialmente para outras ilhas da região¹¹.

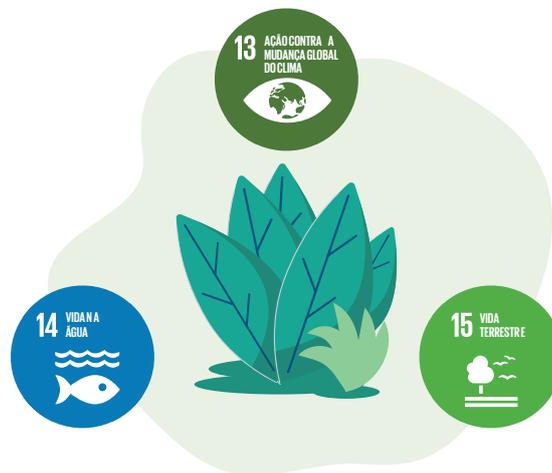
^m Cerca de 3% da superfície terrestre de Galápagos está desprotegida. A atividade agrícola é realizada em uma parcela desses 3%. O turismo é desenvolvido principalmente em áreas terrestres e marinhas protegidas e em menor escala naqueles 3%. A atividade pesqueira é desenvolvida em áreas da RMG que possuem zoneamento de usos.

ⁿ No passado, o Fundo Verde para o Clima apoiou a erradicação de espécies invasoras em Galápagos¹¹.

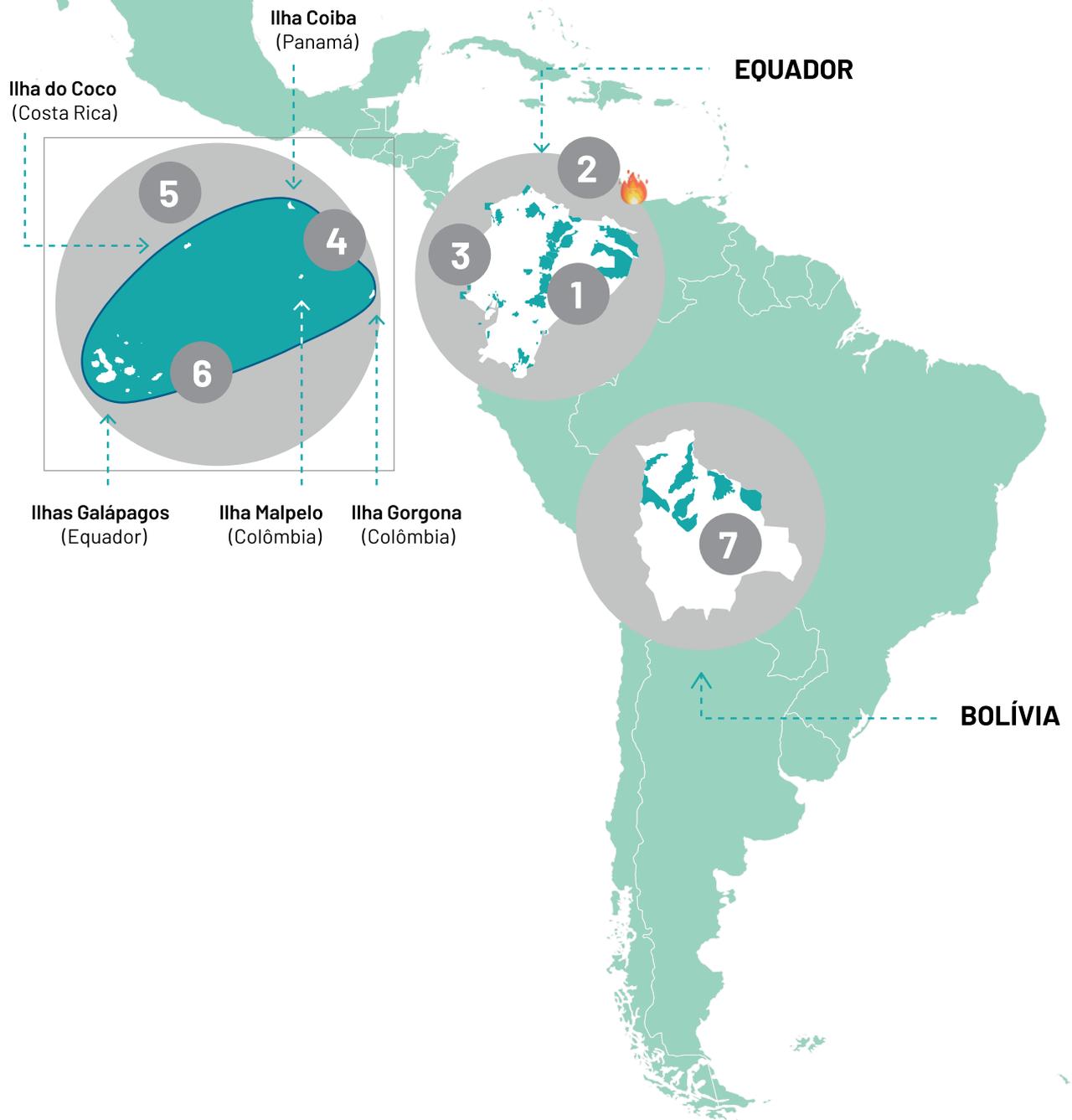
Costa Rica

Por sua vez, na Costa Rica, o CAF está colaborando na prevenção de espécies exóticas invasoras no Parque Nacional Ilha de Coco e na Área de Conservação Marinha Coco. Será elaborado um sistema integral de prevenção e um plano rentável e sustentável para sua erradicação, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Energia e o Sistema Nacional de Áreas de Conservação, a Fundação Jocotoco e o GEF.

Essas ações fazem parte do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Principalmente, é incentivado:



ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS: AÇÃO DO CAF



Projecto	Tipo de projecto	Montante do projecto	Número de áreas melhoradas	Área de terra melhorada (em km ²)	Área marinha melhorada (em km ²)
1 Fortalecimento do Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS)	Assistência técnica	USD 50.000			
2 Programa Amazônia sem Fogo	Assistência técnica	USD 400.000	51	261.928	2.521
3 Concepção e divulgação de um subsistema de áreas marinhas e costeiras protegidas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Equador	Assistência técnica	USD 47.500			
4 Fortalecimento do Corredor Marinho do Pacífico Tropical Leste (CMAR)	Assistência técnica	USD 400.000	5	12.088	1,37 milhão
5 Salvar a integridade do Parque Nacional da Ilha do Coco	GEF	USD 1 milhão	1	23	2.000
6 Conservação efectiva das áreas protegidas nas Galápagos	GEF	USD 15 milhões	1	7.890	138.000
7 Fortalecimento do Sistema Plurinacional de Áreas Protegidas e Ecossistemas Estratégicos da Bolívia na Amazônia boliviana	GEF	USD 48 milhões	11	62.000	138.000

Em resumo

A degradação e fragmentação dos ecossistemas como resultado da atividade humana afeta a qualidade, quantidade e variedade dos serviços ecossistêmicos e, portanto, a capacidade presente e futura de se desenvolver em um ambiente propício à vida humana.

As áreas naturais protegidas são uma das principais políticas implementadas globalmente para a preservação in situ dos ecossistemas. Na ALC, seu uso cresceu nos últimos 20 anos e, diante dos compromissos internacionais, espera-se que sua cobertura continue aumentando. Vários estudos indicam o seu impacto positivo na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade e, por sua vez, no desenvolvimento das comunidades locais.

No entanto, a criação de novas áreas protegidas e a consolidação das existentes não é isenta de desafios.

O CAF, atento a esses problemas e em seu compromisso de se tornar o banco verde da América Latina e Caribe, financia e mobiliza recursos para a promoção e fortalecimento de áreas naturais protegidas na região, uma ferramenta eficaz para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

O objetivo final deste apoio é promover um desenvolvimento econômico ambientalmente responsável e inclusivo, que permita satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.



Notas de referências

- 1 [Brassiolo et al. \(próxima publicação\) em www.caf.com](#)
- 2 [EMA \(2005\)](#), [IPBES \(2019\)](#) e [FAO \(2022\)](#)
- 3 [CDB \(1992\)](#)
- 4 [BIOCAF \(2022\)](#)
- 5 [FAO \(2022\)](#) e [UNEP \(2011\)](#)
- 6 [Spalding et al. \(2007\)](#), [Brassiolo et al. \(próxima publicação\) em www.caf.com](#)
- 7 [PNUMA \(2012\)](#)
- 8 [IPBES \(2019\)](#)
- 9 [Alcorn \(2014\)](#)
- 10 [BID \(2018\)](#)
- 11 [GEF Project ID 10807 – Galápagos](#)
- 12 [Sax e Gaines \(2008\)](#), [Reaser et al. \(2007\)](#) e [Bellard et al. \(2015\)](#)
- 13 [IUCN \(2022\)](#)
- 14 [Banco Mundial \(2006, 2007\)](#)
- 15 [Blackman et al. \(2014\)](#), [Keles et al. \(2020\)](#) e [Brassiolo et al. \(próxima publicação\) em www.caf.com](#)
- 16 [IUCN \(2022\)](#)
- 17 [Dudley \(2008\)](#)
- 18 [Alpizar et al. \(2020\)](#)
- 19 [Blackman et al. \(2014\)](#)
- 20 [Andam et al. \(2008\)](#), [Blackman \(2015\)](#), [Blackman e Villalobos \(2019\)](#), [Miranda et al. \(2016\)](#), [Nelson e Chomitz \(2011\)](#), [Pfaff et al. \(2014\)](#) e [Miteva et al. \(2012\)](#)
- 21 [Miteva et al. \(2012\)](#)
- 22 [Miranda et al. \(2014\)](#), [Pfaff \(2014\)](#) e [Andam et al. \(2008\)](#)
- 23 [Blackman \(2015\)](#), [Nelson e Chomitz \(2011\)](#) e [Blackman e Villalobos \(2019\)](#)
- 24 [Kerwath et al. \(2013\)](#), [Halpern \(2003\)](#), [Lester et al. \(2009\)](#), [Halpern et al. \(2009\)](#), [Sciberras et al. \(2013\)](#), [Bucaram et al. \(2018\)](#) e [Gurney et al. \(2014\)](#)
- 25 [Álvarez et al. \(2021\) – Relatório Planeta Protegido 2020: América Latina e Caribe](#)
- 26 [Baldi et al. \(2017\)](#), [Joppa e Pfaff \(2009\)](#), [Pfaff et al. \(2009\)](#), [Andam et al. \(2008\)](#), [Blackman e Villalobos \(2019\)](#), [Nelson e Chomitz \(2011\)](#), [Pfaff et al. \(2013\)](#) e [Ferraro et al. \(2013\)](#)
- 27 [Bonham et al. \(2008\)](#)
- 28 [Bovarnick et al. \(2010\)](#)
- 29 [Bovarnick e Alpizar \(2010\)](#)
- 30 [Miranda et al. \(2016\)](#) e [Sims e Alix-García \(2017\)](#)
- 31 [Ferraro, Hanauer e Sims \(2011\)](#), [Andam et al. \(2010\)](#), [Robalino e Villalobos \(2010\)](#), [Gurney et al. \(2014\)](#) e [Canavire-Bacarreza e Hanauer \(2013\)](#)
- 32 [Maldonado e Moreno-Sánchez \(2023\) \(próxima publicação\)](#)
- 33 [GEF Project ID 10295 – Amazonas boliviano, Centro de Análise de Informações de Dióxido de Carbono \(s.f.\)](#)
- 34 [GEF Project ID 10295 – Amazonas boliviano](#)